



Tecnologia e Sociedade

ISSN: 1809-0044

revistappgte@gmail.com

Universidade Tecnológica Federal do
Paraná
Brasil

Cotta, Camylla Carolyn; Viana Pereira, Jéssica Mára; de Souza Fonseca, Carina Rabelo
Redes de movimentos sociais: a atuação em rede do movimento feminista na América
Latina

Tecnologia e Sociedade, vol. 10, núm. 20, julio-diciembre, 2014, pp. 188-200

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496650342012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^odalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Redes de movimentos sociais: a atuação em rede do movimento feminista na América Latina

Networks social movements: the network action of the feminist movement in Latin America

Camylla Carolyn Cotta⁴⁴

Jéssica Mára Viana Pereira⁴⁵

Carina Rabelo de Souza Fonseca⁴⁶

Artigo recebido para publicação em Out./2013 e aceito para publicação em Maio/2014.

RESUMO

Os movimentos sociais e suas ações coletivas se complexificaram e se diversificaram em redes organizacionais e sociais a partir da segunda metade do século XX. Assim, o presente artigo, através de um estudo qualitativo por revisão bibliográfica, tem como objetivo analisar os conceitos teóricos de movimentos sociais, de redes, de sociedade civil e de ativismo, assim como os seus novos formatos. Essa análise terá como exemplo o estudo dos movimentos feministas e sua rede de interlocução na América Latina. O resultado dessas redes é que elas, através dos meios de comunicação, principalmente da internet, conseguem ultrapassar fronteiras locais, nacionais e internacionais, e são capazes de dar visibilidade ao tema dos direitos humanos, ao respeito às diferenças, à compreensão sobre o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos e à radicalização da democracia.

Palavras chaves: Movimentos Sociais. Redes. Movimentos Feministas. Sociedade Civil. Internet.

ABSTRACT

Social movements and their collective actions become more complex and diversified in organizational and social networks from the second half of the twentieth century. Thus, this present article through a qualitative study of literature review, analyze the theoretical concepts of social movements, networks, civil society and activism, as well as their new conjunctures. This analysis will study the example of the feminist movement and its network of dialogue in Latin America. The result of these networks is that they, through the media, especially the Internet, can go beyond local, national and international boundaries, and are able to give visibility to the issue of human rights, respect for differences, the understanding of the pluralism of conceptions world within certain ethical boundaries and the radicalization of democracy.

Keywords: Social Movements. Networks. Feminist Movements. Civil Society. Internet.

⁴⁴ Graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante da pesquisa "Federalismo e Políticas Sociais na América Latina: Argentina, Brasil, México e Venezuela". E-mail: camyllacotta@hotmail.com.

⁴⁵ Graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante da pesquisa "Federalismo e Políticas Sociais na América Latina: Argentina, Brasil, México e Venezuela". E-mail: jessicamara17@gmail.com.

⁴⁶ Graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante da pesquisa "Federalismo e Políticas Sociais na América Latina: Argentina, Brasil, México e Venezuela". E-mail: cacarabelo1@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A realidade das ações coletivas dos movimentos sociais é bastante dinâmica e nem sempre as teorias e os estudos têm acompanhado este dinamismo. Com o processo de globalização e informatização da sociedade, os movimentos sociais de muitos países, inclusive os da América Latina, se complexificaram e diversificaram. De acordo com Scherer-Warren (2006) “muitas das explicações paradigmáticas ou hegemônicas nos estudos da segunda metade do século XX necessitam de revisões ou atualizações ante a emergência de novos sujeitos sociais ou cenários políticos”.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar os conceitos teóricos e os novos formatos de movimentos sociais, de redes, de sociedade civil e de ativismo na contemporaneidade.

Na primeira seção será abordado o conceito de movimentos sociais, onde se explicará o porquê que na atualidade estes podem ser melhores explicados quando os atores sociais e as formas de coletividade que os compõem são tratados a partir de uma abordagem analítica de redes sociais e organizacionais. Em seguida haverá uma delimitação do conceito de sociedade civil e de seus novos formatos organizacionais na contemporaneidade, no qual se tipificará cada nível organizacional e posteriormente se analisará a questão do ativismo na atualidade e seus novos formatos.

Na segunda seção o conceito de redes de movimentos sociais será estudado a partir dos movimentos feministas da América Latina, com intuito de verificar a atuação em rede destes movimentos ao longo da história. Como aponta Matos (2011), a história do processo de organização das mulheres na América Latina, pode ser entendida como um manifesto constante pela ampliação da cidadania feminina e de extensão de seus direitos como participantes das respectivas comunidades políticas em seus países. O “breve” século XX foi marcado por um esforço das mulheres organizadas latino-americanas em fazer aprovar e ratificar um conjunto de normativas internacionais que consagraram seus direitos, tais como a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979), o estabelecimento do Decênio da Mulher (1975-1985) e as experiências de diversas Conferências destinadas a favorecer a ação dos governos em promover a igualdade entre homens e mulheres. A partir disto, entende-se que o estudo da aplicabilidade e importância das redes pelos movimentos feministas dos países da

América Latina será fundamental, uma vez que a interação em rede é algo constitutivo dos mesmos na contemporaneidade.

REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo Gohn (1995) pode-se denominar movimentos sociais como ações de formas coletivas de caráter sociopolítico, construídos por atores sociais de diferentes camadas e classes sociais. Estes atores politizam suas demandas, criando assim um campo político de força meramente social na sociedade civil. Suas ações são estruturadas a partir da criação de repertórios sobre problemas e temas em situações de disputas, conflitos e litígios. Essas ações desenvolvem um processo político-cultural e social que cria uma identidade coletiva ao movimento, onde os envolvidos compartilham de interesses em comum. Esta identidade é construída a partir do compartilhamento de valores culturais e políticos pelo grupo e da força do princípio da solidariedade vivenciada. A partir disto, vê-se que os movimentos sociais são redes sociais complexas, que muitas vezes transcendem os limites organizacionais e que conectam de modo estratégico, simbólico e solidarístico os atores coletivos e os sujeitos individuais através de uma identidade em comum, de uma definição do campo de conflito e de seus principais adversários sistêmicos ou políticos e de uma utopia ou projeto de transformação social almejado.

Na atualidade os movimentos sociais podem ser melhores explicados quando os atores sociais e as formas de coletividade que os compõem são tratados a partir de uma abordagem analítica de redes sociais e organizacionais. Scherer-Warren (2008) afirma em seu texto que quando elegeu como conceito teórico a noção de rede de movimento social referiu-se “à síntese articulatória, à amálgama ou às redes das redes do agir e pensar coletivo, representadas através de diversos formatos organizacionais”. Ela diz que seu intuito não é abandonar a tradição de análise já clássica na literatura sobre os movimentos sociais, o que ela pretende na verdade com esta nova abordagem é ampliar a análise sobre os movimentos sociais, pois se considera que a interação em rede é algo constitutivo dos mesmos.

Entretanto, antes de se aprofundar no estudo sobre as redes de movimentos sociais, é importante primeiramente delimitar o conceito de sociedade civil e seus novos formatos organizacionais na contemporaneidade. O conceito de sociedade civil é clássico da sociologia política, porém atualmente ele está sendo utilizado num modelo de divisão tripartite da realidade: Estado, mercado e sociedade civil. Nesta

perspectiva, a sociedade civil mesmo representando múltiplos e diversos segmentos sociais, configurando um campo composto por forças sociais de modo heterogêneo, está intimamente relacionada à esfera da defesa da cidadania e também de suas várias formas de organizações em torno de valores e interesses públicos, o que a faz distinta dos dois setores abordados acima: Estado e mercado, uma vez que estes estão orientados de forma preferencial, pelas racionalidades de poder, da regulação e da economia.

Scherer-Warren (2006) ressalta em seu texto a importância de se enfatizar, que a sociedade civil nunca estará isenta de conflitos, tanto de poder, de disputas por hegemonia, quanto de representações sociais e políticas antagônicas e diversas. Ela afirma também, que o tratamento da sociedade civil como “terceiro setor” não é uma definição correta e comporta certa ambiguidade. O termo terceiro setor tem sido empregado para denominar as organizações formais sem fins lucrativos e não-governamentais com interesse público. A sociedade civil inclui esse setor, mas também se refere à participação cidadã num sentido mais amplo.

Através de sua explicação, pode-se concluir que a sociedade civil é na verdade a representação de diversos níveis de como os valores e interesses da cidadania são organizados em uma sociedade para o encaminhamento de suas ações em defesa de políticas públicas e sociais, pressões políticas, protestos sociais e manifestações simbólicas. Sendo assim, Scherer-Warren (2006) tipifica esses níveis presentes na sociedade brasileira da seguinte forma: (1) associativismo local e comunitário, (2) articulação inter-organizacionais, no qual se destacam as associações nacionais de ONGs, os fóruns da sociedade civil e as redes. Estas se relacionam entre si na busca de um empoderamento da sociedade civil, representando assim, movimentos e organizações do associativismo local. Suas articulações foram viabilizadas e se tornaram possíveis através dos meios virtuais e como ressalta Scherer-Warren (2006, p. 11):

A Internet e os *e-mails* são práticas cotidianas das redes do novo milênio. Os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, quando a comunicação cotidiana está garantida pelos meios virtuais. Consequentemente, tem se observado um crescimento expressivo de redes de ONGs e associações, de fóruns e de redes de redes.

De fato, a internet se tornou um meio importante de articulação para os movimentos sociais, através dela, eles vão tentar se articular por novos repertórios. Ela permite a discriminação, uma capacidade viral de diferentes percepções de mundo, como discussões, deliberações e convencimento de percepções. Segundo

Castells (2004) a internet converteu-se no componente indispensável do tipo de movimentos sociais que estão surgindo na era da informação, esta além de reunir todas as possibilidades de interação oriundas de outros meios de comunicação, constitui também uma infraestrutura material de forma organizativa concreta que é a rede.

Já em um terceiro nível encontram-se as *mobilizações na esfera pública*, estas são fruto da articulação das ONGs, dos fóruns, dos atores de movimentos sociais e das redes de redes, contudo, os mesmos buscam transcendê-los através de grandes manifestações, como as em praça pública, contando com a presença de simpatizantes, buscando desta forma, a visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para a sociedade em geral e para os próprios manifestantes, como um modo de pressão política das mais expressivas no espaço público da atualidade. Todo este processo articulatório abordado resultará então, na constituição das redes de movimentos sociais.

Neste conceito, as redes de movimentos sociais se referem à articulação entre várias organizações ou sujeitos que participam destes níveis organizacionais citados acima. Pressupondo assim, a identificação de atores coletivos em torno de objetivos, valores ou projetos em comum, definindo os atores ou situações antagônicas que se pretende transformar e combater. Segundo Scherer-Warren (2008), o movimento social, definido enquanto uma rede de caráter político pressupõe a construção de uma identidade coletiva, a definição de adversários ou opositores e um projeto, num contínuo processo de formação política, resultante das interações das múltiplas articulações acima mencionadas. Para a autora, esse ponto tende a ser o mais complexo, com uma maior politização e orientação por um objetivo de se transformar o *status quo* de determinados grupos sociais que se vêm em situação de exclusão, discriminação ou desigualdade, ou mesmo àqueles que desejam e lutam por mudanças sistêmicas mais amplas (SCHERER-WARREN, 2008).

De fato, o que se observa é que na atualidade a noção de rede de movimento social vem sendo bastante utilizada pelos movimentos sociais, no qual este é usado como conceito propositivo, para fazer referência a uma estratégia de ação coletiva, com base numa cultura de cooperação, de solidariedade e mais democrática, para um novo modo de organização da sociedade. Nesta sociedade das redes, o associativismo localizado, o setorizado ou ainda os movimentos de base local estão percebendo cada vez mais a necessidade de uma maior articulação com outros

grupos afins, que possuem a mesma identidade social ou política, com o objetivo de ganharem maior visibilidade, para assim produzir um maior impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. A partir deste fato, origina-se no seio do movimento social uma tensão de forma permanente, entre participar através e com o Estado na formulação e implementação de políticas públicas, ou em ser apenas um agente autônomo de pressão da sociedade civil.

Atualmente, além de atravessar as fronteiras nacionais os movimentos sociais também ganharam uma feição *multi-issue*, já que a questão da identidade ganhou saliência, mas vem muitas vezes acompanhada de outras pautas. De fato, nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades existentes nas mesmas, tendem a ser cada dia mais plurais e as lutas por uma maior cidadania vêm acompanhadas tanto de múltiplas dimensões do eu, quanto de dimensões de afinidades ou de opções políticas de valores pela paz, igualdade, liberdade, sustentabilidade e respeito à diversidade e diferenças culturais. As redes são multiformes, o que faz a aproximação de atores diversificados, dos níveis locais aos mais globais de organizações de tipos diferentes, possibilitando assim, o diálogo entre estes atores e a troca de valores entre as organizações. Vem permitindo também que os movimentos sociais passem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural.

A partir desta perspectiva de análise do conceito de redes, pode-se questionar se são diluídas as estruturas de poder nos movimentos sob este formato, uma vez que, há a suposição de que numa organização em rede há uma distribuição do poder, pois seus centros se democratizam ou pelo fato de existir muitos centros, o poder se redistribui de maneira uniforme. Entretanto Scherer-Warren (2006) argumenta em seu texto, que isto é parcialmente verdadeiro, mas não é uma verdade plena, pois em uma rede há elos mais fortes que detêm maior poder de liderança, de influência, de direcionamento nas ações, do que os outros elos existentes na rede. Estes elos são, portanto, relevantes para o empoderamento das redes de movimento. Assim como em qualquer relação social, existem nas redes tanto impregnação de conflitos, de poder quanto de solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. Sendo assim, o mais importante a ser analisado é a forma como se dá o equilíbrio entre as diferentes tendências do social e como possibilitam ou

não os sujeitos sociais a se tornarem autônomos, especialmente aqueles em situações de exclusão, que são as denominadas “populações-alvo” desses mediadores.

Enfim, para um trabalho de empoderamento democrático e de inclusão social das bases, devem-se estar contempladas as seguintes dimensões sociais: o combate à exclusão em suas múltiplas faces e a respectiva luta por direitos; o reconhecimento da diversidade dos sujeitos sociais e do respectivo pluralismo das ideias; a promoção da democracia nos mecanismos de participação no interior das organizações e nos comitês da esfera pública, criando novas formas de governança.

Em tese, pode-se concluir que a sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter-organizacionais e de redes de movimentos, com a presença de formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais, criando desta forma, novos espaços de governança com o crescimento da participação da sociedade.

A ATUAÇÃO EM REDE DO MOVIMENTO FEMINISTA LATINO-AMERICANO

Nas palavras de Descarries (2002) *apud* Miranda (2009):

[...] o feminismo propõe um projeto de sociedade alternativa e coloca como objetivo a abolição, ou ao menos a transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. Os movimentos feministas reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres para denunciar a desigualdade de gênero.

Partindo-se para a América Latina, ao analisar a historicidade que regem os movimentos feministas nesta região e as suas formas de atuação, vê-se que os mesmos se revelam como um movimento libertário e de luta contra a subalternidade, dando origem há múltiplas posições políticas sobre a necessária articulação feminina com o Estado e os organismos internacionais. Entre as latinas-americanas, o movimento feminista foi encarado como o reconhecimento de uma subjetividade em processo, ao qual implicou novos pactos culturais e à edificação de formas de socialização. Percebe-se que foi em meio a condições de profunda subordinação patriarcal que o feminismo latino-americano, mesmo que restrito no seu começo eclodiu através de movimentos de reivindicação e conscientização feminina, na forma dos partidos, nas organizações políticas, em periódicos, nos centros de estudo e nas organizações não governamentais, tentando superar e questionar a condição política, cultural, religiosa e econômica vigente, já que, a América Latina seria,

segundo Sonia Alvarez (1990) “uma região onde o machismo é sancionado pelo Estado e santificado pela Igreja Católica”.

Neste contexto, a teoria feminista latino-americana se preservou com certa autonomia em relação ao Estado, demandando sempre a integração das mulheres nos espaços econômicos de produção e de formação de dirigentes. A militância do movimento feminista no continente transitou e ainda transita na busca de emancipação, seja pela teoria dos gêneros, seja pela afirmação da essencial e positiva diferença das mulheres em relação aos homens.

A entrada das temáticas feministas nas instâncias governamentais conforme Alvarez (2000) “ressalta a necessidade de inventar novas formas de fazer política” para promover mudanças que visam garantir a igualdade de oportunidades para as mulheres. Os novos formatos políticos estão diretamente relacionados à busca de uma maior igualdade entre os gêneros, muitos países latino-americanos, por exemplo, contam com mecanismos institucionais e planos diretamente relacionados às mulheres, oferecendo assim, condições de empoderamento para que as mesmas possam levar suas demandas para dentro do processo decisório do Estado.

De um modo geral, tanto o feminismo latino-americano quanto o mundial têm mostrado que a agenda de gênero é uma agenda que não possui fronteiras. Para Castells (1999) “o movimento feminista é composto pelo entrelaçamento de indivíduos, organizações e campanhas atuando em rede e é esse tipo de atuação que o torna vital, flexível e diversificado”. A atuação em rede dos movimentos sociais ganhou força a partir do século XX com advento da internet. Ao se tratar do movimento feminista, além da internet que contribuiu de forma fundamental para a troca de informações sobre a atuação local, nacional e internacional, houve também a criação das arenas políticas de caráter internacional, promovidas pelo ciclo de conferências sobre a mulher da Organização das Nações Unidas (ONU).

Miranda (2009) destaca que “os movimentos feministas têm pressionado os Estados a dialogar e gerar novas formas de institucionalização e de mediação com os interesses das cidadãs”. A presença das redes nacionais feministas tem promovido o diálogo do movimento com o Estado. Além disso, as redes passam a dialogar em uma esfera política internacional para delinear estratégias de atuação conjunta para que os diferentes países do mundo assumam o compromisso de eliminar a desigualdade entre os gêneros por meio da elaboração de políticas públicas. Os movimentos feministas ao conquistarem um espaço de atuação internacional através da ONU puderam pautar a questão de gênero nos espaços

intergovernamentais para a discussão de elaboração de políticas públicas para as mulheres em âmbito mundial.

Matos (2010) ao estudar o movimento feminista latino-americano e suas formas de atuação, faz uma revisão do debate internacional anglo-saxão sobre justiça social a partir das teóricas feministas, recuperando as críticas pós-coloniais ao feminismo ocidental para evidenciar a necessidade de voltar-se para a análise dos feminismos latino-americanos. Recuperando as análises do feminismo brasileiro presentes em Pinto (2003) ela propõe que o feminismo latino-americano passou por uma primeira onda com a luta pelos direitos civis e políticos defendidos pelas sufragistas nas primeiras décadas do século XX, uma segunda onda com a efervescência de movimentos de mulheres e feministas no contexto de resistência aos regimes militares nas décadas de 1970 e 1980, uma terceira onda com a profissionalização e “onguização” dos feminismos na década de 1990 e propõe, para se pensar a atualidade.

De grosso modo, os anos 90 são apontados como a década em que os movimentos feministas da América Latina e de todas as regiões do mundo se “transnacionalizaram” ou “globalizaram”. Os estudos acadêmicos atribuem esse processo de transnacionalização do feminismo à crescente participação de setores expressivos destes movimentos nas esferas da política internacional e de forma particular nas cúpulas e conferências mundiais, promovidas pelo sistema das Nações Unidas no decorrer destas décadas.

A entrada de muitas feministas nesses espaços oficiais da política global impactou de maneira marcante o feminismo latino-americano, os movimentos foram ganhando ao longo destas décadas um novo contorno político. Conforme Matos (2011) pode-se entendê-los não apenas como um tipo específico de movimento social, mas, sobretudo como um “campo epistêmico”, um campo de gênero e feminista, onde estão presentes forças heterogêneas, diversificadas, plurais, policêntricas de organização entre mulheres que vão às ruas, constroem espaços específicos de autorreflexão e de crítica. Tem sido muito mais frequente esta organização a partir de espaços governamentais, de uma maneira especialmente profissionalizada e especializada, conformando uma rede de atuação que, há muito, ultrapassou a forma de organização especificamente nacional, construindo-se desta forma, as bases de articulação que estão se dando no ciberespaço e a partir de outros meios recentes globais de comunicação em massa.

Matos (2011) em seu estudo aponta as forças de articulação e mobilização das mulheres, identificando que desde o final dos anos 1970 foram realizados em diversos países da América Latina e Caribe, 11 Conferências Regionais sobre a Integração da Mulher ao Desenvolvimento Econômico e Social da ALC, organizadas pela CEPAL e 11 Encontros Feministas sobre as mais diversificadas temáticas. Esta autora destaca que apesar das temáticas não serem de todo convergentes, os períodos dos encontros foram bastante próximos, mostrando uma destacável mobilização que envolveu tanto atores não governamentais quanto governamentais, em um esforço compartilhado e conjunto de aprofundamento e discussão de estratégias de intervenção no campo de gênero e feminista em vários âmbitos na região.

De fato, como as redes são multiformes, faz com que atores diversificados se aproximem dos níveis locais aos mais globais de organizações de tipos diferentes, possibilitando assim, o diálogo entre estes atores e a troca de valores entre as organizações. Permitindo também que os movimentos sociais passem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural. Um exemplo citado por Scherer-Warren (2008) em seu estudo é a Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). A AMB tem como foco central o feminismo e antirracismo. Já a MMM é um caso emblemático de luta transversal por direitos, tanto para a América Latina quanto para a sociedade mundial e segundo Matos (2011), o mesmo pode ser considerado um dos mais emblemáticos do feminismo da quarta onda. A MMM pode ser entendida como uma rede interorganizacional, mas quando ocorrem as mobilizações em praça pública, o que se vê é sua ampliação através da participação de muitas cidadãs/cidadãos, como o que ocorreu no lançamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, em 8 de março de 2005, em São Paulo. A viagem desta carta pelas Américas permite não só uma ação integrada do movimento feminista latino-americano, mas também alianças com o conjunto dos movimentos sociais, em torno de uma pauta multidimensional - por moradia, pela reforma agrária, por salário justo, saúde, direito ao aborto, pela paz, contra a violência, o racismo, a guerra, etc -, que foi se construindo à medida que passava pelos vários países.

Outras formas de articulação em rede se apresentam em fóruns transnacionais como o caso da Cúpula dos Povos das Américas e o Fórum Social Mundial (FSM). O FSM tem de fato se constituído em um movimento central de mobilização para as redes de movimentos na América Latina, principalmente para o

feminista. O FSM combina atividades concertadas com o Conselho Internacional - conferências e testemunhos -, em que intelectuais e ativistas se dirigem a grandes públicos; mesas de diálogo e controvérsias; e painéis organizados por redes para aprofundar o debate sobre análise e alternativas em torno de cinco eixos temáticos: Desenvolvimento democrático e sustentável; Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; Mídia, cultura e alternativas à mercantilização e homogeneização; Poder político, sociedade civil e democracia; e Ordem mundial democrática, luta contra a militarização e promoção da paz. Estes eixos temáticos servem para a inscrição de seminários e oficinas por parte das entidades participantes do fórum. Em cada edição do FSM crescem as manifestações públicas e as atividades culturais, colocando em pauta outras abordagens ao debate que se realiza.

Muitas feministas afirmam que o FSM se converteu em um espaço de confluência das lutas e propostas dos movimentos, redes, organizações, dos múltiplos atores que vêm assumindo este espaço como próprio, avançando assim em novas perspectivas para um pensamento utópico, algo quase perdido no horizonte social das últimas décadas. Entende-se desta forma, que a participação feminista no FSM é de primordial importância para o estreitamento da relação entre o movimento feminista e o movimento por outro tipo de globalização, uma vez que as feministas podem inscrever suas prioridades e fortalecer as possibilidades de uma verdadeira transformação social.

Vê-se a partir do analisado neste capítulo que o movimento feminista ao atuar em rede, amplia suas possibilidades de reivindicar a hierarquia da luta por justiça de gênero, buscando assim, através da articulação de várias mulheres e feministas na América Latina, uma maior igualdade de gênero e a desconstrução de antigos valores “machistas”, imagens e crenças geradas e consolidadas dentro da comunidade latino-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo viu-se a importância das redes de movimentos sociais para o momento atual dos movimentos sociais, principalmente para o movimento feminista na América Latina. Estas redes possibilitam, acima de tudo, a transposição de fronteiras territoriais, articulando desta forma, ações locais às regionais, nacionais e transnacionais, que perpassam também as fronteiras temporais através dos meios

de comunicação, lutando assim pela indivisibilidade de direitos humanos, representados por várias gerações históricas destes e de suas respectivas plataformas, fronteiras sociais, em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada. Viu-se que o ativismo apresenta-se com uma nova utopia, baseada na mudança com engajamento em causas sociais relacionadas aos excluídos e discriminados e na defesa da democracia na diversidade.

Pode-se perceber também que os movimentos sociais contemporâneos estão se apropriando dos meios de comunicação, principalmente da internet para a promoção de mobilização de diferentes atores na sociedade, construindo redes interativas como formas de organização e mobilização, onde essas novas tecnologias de informação impactam de forma direta nas formas de articulação, permitindo os grupos e as pessoas que têm causas comuns se encontrarem na rede, independente do lugar onde estes estão. Desafiando assim, as capacidades e estruturas organizativas convencionais.

Ao analisar o conceito de redes neste artigo, a partir da atuação do movimento feminista na América Latina nas últimas décadas, viu-se que a presença das mesmas tem desempenhado papel fundamental para a efetivação da incorporação de temáticas feministas nos governos. Estas redes organizam as demandas feministas e negociam com os estados a inclusão de suas demandas e necessidades nas políticas públicas, colaborando assim para a garantia de inclusão da perspectiva de gênero no desenvolvimento democrático do Estado contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Rev. Estud. Fem.** v.11, n. 2, p. 541-575. 2003.

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering democracy in Brazil**: women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.

CASTELLS, M. **A galáxia internet**: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Rev. Sociol. Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, Junho 2010.

MATOS, Marlise. **A representação política feminina na América Latina e Caribe: condicionantes e desafios à democracia na região – relatório final – CNPq**, 2011.

MIRANDA, M. M. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil - NIEM / UFRGS**. [Porto Alegre, UFRGS], 2009.

PINTO, Célia R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**, 17 p., 2008.